

## Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais

Losandro Antonio Tedeschi\*

**Neste estudo, analisaremos o significado** da criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), presente na memória de suas lideranças enquanto espaço de cidadania para as agricultoras, buscando entender a razão pela qual as ações das agricultoras, no contexto de mobilizações por direitos sociais, foram sendo construídas sobre estruturas simbólicas, ligadas a um sindicalismo agrário fortemente marcado ainda hoje pela centralização do poder nas mãos masculinas.<sup>1</sup> Ao usar a fonte oral como ferramenta de análise com mulheres agricultoras inseridas no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na região Noroeste do Rio Grande do Sul, procuramos discorrer sobre vozes que, ao não serem silenciosas, pois são constantes na luta por direitos sociais e de cidadania, podem ser reveladoras de uma história específica, sendo permeadas pelas vivências carregadas de perdas, violências, permanências e conquistas.

Entre 2000 e 2007, realizamos 96 entrevistas com mulheres camponesas de 15 cidades da região Noroeste do Rio Grande do Sul, num total de 540 horas de gravação, motivados pela pesquisa de mestrado e, posteriormente, de doutorado (esta última defendida em 2007), em que buscamos entender a história da mobilização social das mulheres agricultoras

---

\* Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

1 Esses depoimentos fazem parte de uma trajetória de pesquisa iniciada no ano de 1998, que resultou no mestrado e doutorado.

da região Noroeste do Rio Grande do Sul através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), historiando as circunstâncias em que surgiu e se transformou, examinando também as influências recebidas do discurso da Igreja Católica e do Movimento Sindical Rural. Ao examinar essas relações com outros grupos sociais e instituições, evidenciamos as contradições que o Movimento enfrenta, buscando assim entender como o imaginário e as representações sociais atuaram sobre a vida das mulheres agricultoras.

No convívio de mais de 18 anos com esses grupos de mulheres camponesas<sup>2</sup>, foi possível, através de seus relatos, descobrir momentos em que vinham à tona memórias resguardadas, tolhidas e, por vezes, silenciadas, as quais o gravador não pode apreender. Há uma seleção da memória na exposição das mulheres agricultoras, mas há ainda aquela que, involuntária sem o controle preciso, faz emergir valores que a seletividade não consegue resguardar. É por esse motivo que trabalhar com as fontes orais implica a compreensão dos silêncios, das pausas, dos risos, e também a mistura de razão e emoção, o que contribui para o delinear da memória e da história dessas agricultoras em meio a um processo de lutas e mobilização social.

O uso da categoria gênero como ferramenta de análise nos possibilita entender os contextos em que os sujeitos estão inseridos, e os consideramos como operadores de diferenças, pensado como um “através”, um meio pelo qual se possa compreender como se organizam as relações sociais, sexuais, marcando experiências e trajetórias de vida. Quem narra suas lembranças recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero. Entretanto, dizer que lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero está muito distante de afirmar uma especificidade da memória feminina, ancorada na natureza, no âmbito do social ou nos papéis sexuais.

Afirmar que o gênero marca as memórias em narrativas biográficas ou em tradições orais não é o mesmo que afirmar que as mulheres têm uma lembrança específica enquanto mulheres ou os homens enquanto homens, porque a biologia assim o determina ou porque a divisão sexual de papéis assim os define. Michelle Perrot aponta que a história impôs um

---

2 De 1994 a 2007, acompanhei o desenvolvimento do MMTR no RS através de minha participação no Movimento enquanto colaborador/pesquisador.

estatuto de silêncio às memórias femininas. Acrescenta que “a memória das mulheres é vestida” (Perrot, 2008, p. 39) e defende que a História Oral e sua trajetória no campo dos estudos da História das Mulheres é uma revanche com relação à história tradicional, pois possibilita a reconstituição da história trazendo à tona as desigualdades de gênero.

Por meio de uma análise cuidadosa das memórias coletadas das mulheres camponesas, foi possível tecer uma colcha de significados que pudesse dar coesão e vida aos relatos, ainda muitos deles passíveis de análise minuciosa para próximas pesquisas. Para tanto, buscamos alinhavá-la tentando reconstruir os tecidos multifacetados oriundos da memória individual das mulheres agricultoras, descendentes de imigrantes que participaram desse movimento, inseridas em uma luta coletiva.

A memória tem esse duplo caráter de que fala Halbwachs (1990) exprimindo a consciência individual e coletiva do grupo, e referindo-se às experiências, às ideias, às trajetórias compartilhadas. As lembranças das mulheres trabalhadoras rurais e suas histórias pelo poder da palavra podem fazer a mediação entre a nossa geração e as passadas, sendo o intermediário formal da cultura.

A memória oral das mulheres rema contra a maré, desprovida muitas vezes de poder, resultado de práticas de dominação que Pierre Clastres registra de maneira bastante precisa, como o encontro de duas instâncias fundantes do próprio movimento da história. “Falar é antes de tudo deter o poder de falar” (Clastres, 1982, p. 106). Hoje, as mulheres camponesas mais velhas se agarram a fiapos da sua memória familiar para não deixarem morrer a memória coletiva, a história de vida e do movimento social construtor da história.

Segundo Bosi (1995), o desenraizamento é condição desagregadora da memória. Logo, os antigos ofícios na cultura popular, como o das parteiras, o das artesãs, contadoras de “causos”, doceiras, as costureiras, eram sinais de status, que foram sendo desprezados com o passar do tempo. Nas entrevistas com as mulheres agricultoras envolvidas no movimento, observamos que as mesmas se entregaram às lembranças de períodos importantes em suas vidas.

Ouvindo cada depoimento, constatamos que as mulheres têm habilidades, arte própria de desenvolver a memória, não lembrando uma ou outra imagem, mas evocam, dão voz, fazem falar, dizem de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evocam, elas estão vivendo atual-

mente e com uma intensidade nova a sua experiência. A memória e a conservação de si próprias emergem nos relatos. Ao ouvir a voz das mulheres nos relatos, revivemos momentos cruciais com os mesmos, observamos conversas, histórias que produziam imagens e narrativas de um tempo passado de extrema importância em suas vidas.

Os métodos tradicionais da historiografia falham na captura das vozes silenciadas. Para isso, é preciso praticar métodos e epistemologias adequadas aos grupos sociais excluídos historicamente. É possível perceber que tanto a História Oral como a história de vida parecem orientadas a uma ciência com postura de ativismo social. Maria Izilda Matos (2005) atesta que fatores como o movimento feminista, os novos métodos de abordagem nas ciências humanas, a introdução da categoria gênero nas análises sociais começam a explicar a maior presença de mulheres em vários setores da sociedade, tais como nos estudos acadêmicos, no mercado de trabalho, nas lutas pela igualdade de direitos, pelo fim do sexismo etc.

A história das mulheres tem encontrado alguns obstáculos, principalmente com relação às fontes, que mesmo sendo as mais variadas, encontram-se incompletas e fragmentadas. A carência de um aparato teórico-metodológico, como também a resistência de setores acadêmicos conservadores nas agências de fomento em pesquisa, são fatores que não permitem que esse “fazer histórico” tenha a consistência necessária. Contudo, os(as) historiadores(as) das mulheres não buscam um modelo fixo, rígido e imutável, mas sim “modelos” que sejam adequados à necessidade das várias histórias dos vários sujeitos analisados.

Nosso objetivo como pesquisadores(as) é entender como a trajetória desses sujeitos e como essa historicidade são absorvidas por eles, seja pelo poder da cultura, das representações ou da estrutura social na determinação das identidades de gênero. Narrar a própria história implica um processo de racionalização, na medida em que projeta o passado à inevitabilidade presente. Nesse movimento, ressurgem os erros e acertos, as motivações, constituindo um inventário de descobertas e reavaliação. Narra-se como se fora para o outro, narra-se para si mesmo em última instância (Perrot, 1989, p. 9-18).

Trata-se de um presente que, ao ser narrado, reconstituído, lembrado, traz para si o passado vivido pela lembrança da participação no movimento dessas mulheres, demonstrando-se rico na exposição do cotidiano da luta, da vida em casa e na roça. Para romper com a história do silêncio,

os(as) pesquisadores(as) buscam um novo aparato de ferramentas teóricas na condução das pesquisas com e sobre os silenciados. O conhecimento pode e deve ser construído, utilizado e apropriado pelas pessoas comuns que até então foram excluídas das narrativas da história.

Nesse sentido é que, entrevistando as mulheres agricultoras a respeito de suas histórias de vida e mobilização social, procuramos entender as marcas das diversas histórias que marcaram suas vidas. Pelas suas memórias construímos um quadro histórico de percepção que essas mulheres têm de si e de suas trajetórias de luta por direitos sociais.

Através da História Oral e de sua relação com os estudos de gênero, descobre-se um processo de socialização de uma visão do passado, presente e futuro que as mulheres desenvolvem de forma consciente/inconsciente. Entretanto, a aquisição da capacidade de falar, de expor suas ideias e sentimentos é elemento determinante dessa historicidade. Uma historicidade de luta, resistência, consentimentos, violências que, evidentemente, tem suas marcas de conformismo e reprodução nas relações de gênero.

Vale destacar também que o trabalho da História Oral junto às mulheres camponesas produz um nível de historicidade que não existia e no momento em que as ações femininas no campo eram visibilizadas; comumente, eram conhecidas através da versão produzida pela historiografia oficial, androcêntrica e patriarcal (Pedro, 2005).

As narrativas históricas, que ditam um discurso de “improdutividade” às mulheres, não podem ser avaliadas sem procurar os aspectos que fundamentaram o imaginário social na história naquele período, bem como as representações que ditaram, em certos contextos históricos, que as mulheres eram seres do silêncio por sua própria natureza ou que, na divisão do trabalho, tenham ficado com as tarefas do corpo, da procriação, da casa, da agricultura, da domesticação dos animais, do servir-cuidar-nutrir, perdendo assim sua capacidade como sujeito.

Enquanto narrativa, a história constitui-se como tradição e cânone do qual as mulheres não participaram de modo visível pelos caminhos tradicionais do fazer histórico. Na medida em que os depoimentos são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que as mulheres camponesas têm das suas vidas e do mundo ao redor.

Falar, reivindicar, discutir, defender ideias, fazer-se notar, ocupar um lugar entre as falas hegemônicas foram uma conquista das mulheres camponesas através dos mais diversos processos de socialização. Na

conquista desse poder está uma das chaves para se compreender por que a historiografia brasileira excluiu as mulheres de sua narrativa histórica.

A luta dessas mulheres pelo reconhecimento da profissão e o acesso aos benefícios sociais obtidos pelas trabalhadoras rurais na Constituição de 1988 significaram o passo mais importante para a consolidação do MMTR, através da consagração do termo jurídico “trabalhadoras rurais”, que então passava a designar uma categoria profissional. À medida que as mulheres se organizam, passam a incorporar os discursos e práticas do Movimento Sindical Rural, não se outorgando um poder próprio, livre e autônomo, mas atuando dentro de um imaginário masculino de crenças, ideologias, conceitos, valores, identidades e verdades.

É comum ler argumentos que narram as diferenças entre memórias masculinas e femininas presentes nas sociedades multiculturais e que resultam de tarefas sociais, sexuais enquanto homens e mulheres. Dizer que as mulheres falam da família e o homem de outras coisas aparece quase como um lugar-comum nesses textos. Michelle Perrot (1989), ao discutir a possível “especificidade” da memória feminina, afirma que não se trata de ancorá-la na natureza e no biológico. Entretanto, haveria sim uma especificidade, na medida em que as práticas socioculturais presentes nas operações, que constituem a memória, estão imbricadas nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produto de uma história. A memória, forma de relação com o tempo e o espaço, seria, a partir dessa constatação, profundamente sexuada.

A historiadora também considera que a memória é marcada, estruturada, por papéis sociais. Papéis masculinos desempenhados às vezes por mulheres, e femininos que podem ser desempenhados por homens. Michelle Perrot conclui que a memória é diversificada de acordo com os itinerários individuais. Em suas palavras: “A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo [...], sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino” (Perrot, 1989, p. 11).

Em termos de gênero, essa reflexão separa “papéis femininos” de “mulheres” e “papéis masculinos” de “homens”. Parece-nos, entretanto, que é possível entender a relação entre gênero e memória através da compreensão das múltiplas interpretações sobre a categoria gênero, que imprimem na memória sua marca e nela se expressam. A ideia de que a memória está estruturada pelos papéis sexuais (papéis masculinos/papéis

femininos) faz parte de um debate dos mais instigantes nos estudos de gênero. Uma perspectiva de gênero poderia, talvez, ser mais bem compreendida através da noção de experiência, da vida cotidiana, das relações interculturais do que o permite a teoria dos papéis sexuais.

Assim como no movimento feminista foi do interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. Estas foram inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990.

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero, e como esses fatos acabaram marcando a escrita da história e a validade da narrativa histórica dentro de condições de poder especificamente masculinas.

Nas memórias de muitas mulheres do campo que participaram do MMTR, são comuns as referências à dependência econômica do marido, à vontade do marido, demonstrando um sentimento de indignação e revolta. São histórias de mulheres que “sentiram na pele”, como elas mesmas dizem, o peso do arado de bois e da enxada. Quando questionadas sobre a conquista do direito à aposentadoria, não havia hesitação nas respostas:

Nunca tive escolha, trabalhava na roça até quando estava doente e porque tinha de trabalhar, senão, não tinha o que comer. Era magra e tão judiada, eu não sei como conseguia... trabalhava no arado quando estava grávida e tudo em casa eu fazia de noite... por tudo o que fiz tinha muitos problemas de saúde. Cortava pasto para as vacas e carregava nas costas, tirava leite já de noite e ele tomando chimarrão na cozinha. No domingo eu fazia lavagem para os porcos e ele ia para a sociedade jogar. Não gosto nem de lembrar, mas hoje eu tenho o meu dinheiro da aposentadoria (D.B., 2000).

Foi uma coisa muito boa, se não fosse essa aposentadoria ia ter mulheres até sem roupa, porque, se depender de certos maridos...

sem comida também; e isso não é nada mais que uma recompensa pelo nosso serviço sofrido. Eu me sinto feliz por poder comprar comida, comprar os remédios... Fiquei muito feliz, muito alegre mesmo, me sinto realizada (V.T., 2000).

As palavras confirmam a importância atribuída à conquista de tal benefício, mas, mesmo com os direitos sociais, elas não pararam de reproduzir os tradicionais papéis. Assim, as relações de trabalho e poder não sofreram modificações substanciais. O direito das trabalhadoras rurais à aposentadoria entrou somente em vigor em 1991, três anos após sua regulamentação. No entanto, quando, em 1992, ainda não havia sido concedido nenhum benefício, as lideranças do Movimento decidiram mobilizar as mulheres, concentrando-as diante do Instituto de Seguridade Social (INSS) nos respectivos municípios. O início da concessão do benefício ocorreu a partir de maio de 1992, no valor de um salário mínimo.

Para Maira Bottega<sup>3</sup>,

[...] esse ato deu credibilidade (ao Movimento) porque muitos sindicatos diziam que ia dar em nada. Depois, muitos sindicatos “foram de carona” e os homens conseguiram a aposentadoria de um salário mínimo também. Mas quem conseguiu a aposentadoria primeiro fomos nós.

Vejamos que a liderança do MMTR reforça a mobilização em torno da aposentadoria, e, além disso, a revitalização do sindicalismo rural se dá no momento da efetivação do direito à aposentadoria das mulheres camponesas, que passa a entender que a luta do MMTR poderia suprir não só a carência de associados, mas também a própria crise econômica das instituições sindicais, ao contar com as contribuições sindicais das novas associadas.

De acordo com as cartilhas de formação<sup>4</sup>, a vida das mulheres “mudaria com a sindicalização”. Cruzando as fontes impressas e as fontes orais, podemos compreender que esses discursos refletiam um desejo ou

3 Líder do MMTR e atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Catuípe/RS, 2002.

4 Ver: cartilhas de formação. Federação dos trabalhadores na agricultura – FETAG/RS 1985.

o sonho de quem o escreveu: o movimento sindical. Na realidade, o que podemos ver é que, no processo de mobilização das agricultoras, foi se construindo uma identidade a partir de representações e práticas do sindicalismo patriarcal, numa dimensão política e numa ordem simbólica através de referências masculinas. Se é pelo imaginário social que as sociedades se percebem, elaboram uma imagem de si próprias e atribuem identidades sociais a seus membros, as mulheres agricultoras construíram, por sua vez, práticas sociais vinculadas a esse poder simbólico (Tedeschi, 2008).

Nesse sentido, observamos que as “mudanças significativas” que o Movimento almejava ficaram em torno dos benefícios sociais, que uma vez conquistados, passam a gerar a desmobilização da categoria. Na obra *Arqueologia do saber*, Foucault adverte sobre a provável objeção de que, ao serem ativados, libertos da sujeição, os saberes dominados possam vir a ser “domesticados pela discursividade”, reproduzindo efeitos de saber e poder. Segundo o autor, o discurso é compreendido como determinado por uma regularidade que permite que algo apareça como verdadeiro, buscando compreendê-lo pela análise do saber, pois “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (Foucault, 1986, p. 205).

O discurso é instrumento de poder quando possibilita seu exercício e é seu efeito quando é produzido por ele. Enfim, para o pensador francês, o discurso é o espaço onde vão se alojar o saber e o poder. A teoria do discurso explica a questão da constituição do sujeito social. Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: “os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos” (Pinto, 1989, p. 25).

Ao analisar um discurso, mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual expresso em fontes impressas do Movimento, nas suas pautas de mobilização, uma das reivindicações mais comuns na década de 1980-1990: “nomear a mulher no bloco de produtor”, entendemos não como uma manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que “o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (Foucault, 1986, p. 84).

A conquista de benefícios sociais, como a aposentadoria, marcou profundamente as histórias de vida dessas mulheres e levou lideranças do MMTR a moverem intensas campanhas no sentido de mobilizar as mulheres para a obtenção de documentos legais, estes, por sua vez, necessários para a comprovação de sua atividade agrícola.

O que podemos observar em editoriais do jornal do Movimento<sup>5</sup> é que as mulheres atribuem à falta de documentação uma “violência silenciosa”, pois, sem os documentos, as mulheres agricultoras não teriam condições de usufruir da aposentadoria, e assim estariam excluídas da cidadania.

A teoria foucaultiana nos ajuda a refletir sobre os discursos, afirmando que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que historicamente criou um modo de perpetuar o “silêncio das mulheres” através da “linguagem dos homens”, fazendo com que cada vez mais se legitime aquilo que notavelmente Virginia Woolf chamou “viver a quatro paredes de um quarto” (Woolf, 1980). É como se, no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, as representações sobre o feminino.

Também cabe indagar sobre o lugar de onde as mulheres rurais falam, o lugar específico no interior da instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva posição de sujeito, suas ações concretas, basicamente como sujeito produtor de saberes. É assim que, segundo Foucault (1986), destrói-se a ideia de discurso como expressão de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste à própria palavra.<sup>6</sup>

Analisar os textos de formação do MMTR, nessa perspectiva, significará, antes de tudo, tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria “por trás” dos documentos, procurando explorar ao máximo os materiais, à medida que eles são uma produção histórica, política, que as

5 Ver: Nossa luta, nossa conquista. *Jornal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG*, Porto Alegre. 1990.

6 Em vez de identificar poder com opressão, Foucault vê como criador de significados, valores, saberes e práticas.

palavras são também construções, que a linguagem também é constitutiva de práticas permeadas pelo imaginário social.

Em outras palavras, os textos, as fontes escritas que descrevem e narram a trajetória de mobilização social das mulheres camponesas, produzem a representação de sua própria identidade, ou seja, a condição de poder falar como mulher depende do reconhecimento, da tradução da linguagem masculina presente hegemonicamente em espaços de poder nos movimentos sociais.

A suposta visibilidade no espaço público, obtida através dos documentos e das conquistas dos direitos sociais, não abrirá as portas para a reflexão das origens dessa invisibilidade nas relações de gênero no campo. Uma vez assegurada a conquista dos direitos sociais, as relações de poder e trabalho no espaço privado foram pouco afetadas; prova disso são os relatos orais das mulheres camponesas (Tedeschi, 2007).

A conquista do salário-maternidade, por exemplo, pertence à memória coletiva do Movimento: “nós mulheres fizemos visível nossa presença e conseguimos aprovar, apesar da fome e cansaço” (M.B., 2004). Com esse tipo de pressão, as mulheres agricultoras começaram a entrar no campo do poder político. A presença física nos atos públicos possui um valor simbólico, representando, para o coletivo do Movimento, a conquista da cidadania.

Afirmam também que houve uma “certa mudança” no relacionamento com o marido, como consequência desse processo de mobilização em prol de direitos e da conquista da cidadania. Questionamos como essa cidadania conquistada se expressava e como ficou a autonomia financeira em relação ao marido, sobre o que elas assim se expressaram:

[...] Sim, agora eu falo, eu compro, eu mesma pago, não dependo mais de pedir para ninguém. Dá para comprar um pouco mais, algumas coisas, desde o mercado... consegui comprar coisas para a minha cozinha, para a sala. Agora eu até pago a luz, pago faxineira, tenho dinheiro para cortar o cabelo, comprei até um jogo de quarto novo (I.G., 1999).

Aí é que nós podemos comprar, temos o dinheirinho da gente, agora eu posso aproveitar a vida, posso sair, fazer compras. Compro esmalte, sapatos, perfumes, roupas, tudo o que eu gostava e

nunca pude comprar, também coisas para a casa eu comprei (E.B., 2000).

Mudou pouco, mas mudou, porque eu sempre comprava coisas que eu queria, não tudo, mas o principal (E.B., 2000).

Nesses depoimentos, observamos que elas alimentavam pequenas ilusões de consumo na compra de determinados objetos: roupas, perfumes, bijuterias... possíveis agora com a aposentadoria. A dependência do marido para o consumo dessas pequenas coisas, segundo as depoentes, havia terminado. Conforme elas, esse benefício foi de suma importância para as suas vidas, usando seu próprio dinheiro para complementar as despesas da unidade familiar.

É tudo o que eu sonhei na vida: ganhar o meu dinheirinho, eu me sinto bem, feliz, até me reconhecem agora (C.B., 1999).

Se não fosse essa aposentadoria, eu não sei o que íamos fazer, (...) é bom, eu sou outra mulher como aposentada (E.A., 1999).

É um dinheirinho que vem limpo. Eu fico contente em poder ir para a cidade receber o que eu mereço, eu me sinto uma pessoa mais tranqüila (M.Q., 2004).

Esse “estar feliz” é a garantia delas de que têm o salário para sustentar a família, de sentirem-se seguras, que em muitos casos propiciou uma autonomia no gerir o privado, o que não foi pouco para quem nem sequer era reconhecida como cidadã; entretanto, em outros aspectos, reforçou os tradicionais papéis femininos.

Analisando os depoimentos, podemos ver como as representações sociais continuam manifestando-se sobre o imaginário feminino. O sentido da linguagem e o significado que os depoimentos carregam explicitam as intenções e as práticas das mulheres agricultoras em torno das relações de gênero e poder na esfera familiar, refletindo as condições socioculturais da produção e reprodução dos discursos.

Nos depoimentos, constatamos que existem várias formas de entender o poder, manifestando-se no imaginário social das mulheres no meio

rural: o poder de compra, de ter seu próprio “dinheirinho”, o poder de afirmar sua cidadania através da sua documentação etc. Entretanto, a própria construção do conceito de poder<sup>7</sup> está vinculada diretamente a uma representação masculina, quando as mulheres não conseguem usufruir de espaços tradicionais na esfera pública sindical, cultural, social, política e religiosa.

As mulheres são representadas como portadoras de “poderes” no campo da vida privada, cujos significados estão associados aos atributos naturais e biológicos, legitimados pelos discursos masculinos de poder.<sup>8</sup> A possibilidade de autonomia de decisão na esfera doméstica com a conquista de direitos sociais, obtida pela luta do Movimento, reafirma, em muitos aspectos, esse imaginário historicamente construído e atribuído pelo masculino ao espaço doméstico, justificando um poder “portas adentro”, que não pertence às mulheres:

Eu acho um negócio normal. Eu acho que fiz minha parte [...] construímos a mobilização e conquistamos muitas coisas. Só que... sei lá... A mulher ficando em casa cuidando dos filhos e o marido vai para a roça... eu não sei bem se tem diferença... só que... é o homem, por ser mais forte, aguentar mais... E o homem está habituado a outros serviços mais pesados do que a mulher, né? Ele lida mais com os negócios. Fiz minha parte, temos que pensar em nossas coisas (D.B., 2002).

[...] A mulher avançou bastante na sua luta. E muitas mulheres têm se destacado, desde o dia em que despertaram [...] também sei que muitas companheiras foram e continuam sendo discriminadas e usadas na política partidária, o que é muito ruim para o Movimento. Mas a mulher que tem fibra, vai em frente e, se os homens estão dando espaços, é simplesmente porque elas conquistaram esse direito e estão se organizando. É claro que existe

7 Para Foucault, as instituições sociais acabam por exemplificar tipos específicos de poder que o filósofo denominou de poder disciplinar. Isto significa a elaboração de uma tecnologia do poder possuindo métodos próprios que permitem o controle minucioso das operações sobre o corpo, assegurando a sujeição constante de suas forças e impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade. (Motta, 2003).

8 Um importante texto sobre as estratégias do patriarcado em contextos de pós-modernidade é escrito por Célia Amorós (2007).

pressão para dismantelar esse trabalho, mas a mulher não quer tomar o poder e nem o controle da situação. Ela só quer trabalhar ao lado do homem (A.T., 2002).

O caráter “invisível” de suas atividades produtivas e a subordinação da sua individualidade à família fazem com que, a princípio, se julgue que o período pós-mobilização seja lugar onde as mulheres se “re-domestiquem”, ou seja, voltem para o espaço doméstico.

As mulheres construíram um significado sobre suas conquistas dentro de um espaço masculino de poder. O que queremos dizer com isso é que a relação de poder que o MMTR construiu com o sindicalismo rural contaminou, distorceu, falsificou o significado de poder, levando as mulheres agricultoras a fazerem concessões do ponto de vista da equidade das relações de trabalho e poder no espaço doméstico. Os significados que as mulheres alimentam acerca de sua “cidadania” são resultados de posições específicas de poder, são “efeitos de verdade”.

“Eu ajudo meu marido na roça e o serviço de casa eu faço depois.” Ou seja, a divisão social do trabalho da casa não entrou na pauta do MMTR, nem questões sobre a desvalorização do “universo” feminino. Acreditamos que essa é uma questão ética muito pouco enfrentada sobre uma das grandes matrizes do ensinamento das feministas sobre o privado ser político. Politizar a esfera privada desde o trabalho da manutenção dos cuidados com todas as pessoas da família, dos animais domésticos e dos espaços/ambientes é desafio a ser buscado pelos movimentos sociais como um todo.

A racionalidade androcêntrica outorga e define os espaços femininos, territorializam os seus mundos, para não pensarem em si mesmas, territorializam os seus ombros, para que não vejam a si mesmas com seus corpos, seus desejos e, ao não se ver, não se rebelam para dizer “eu sou eu mesma”<sup>9</sup>.

Todo o discurso de celebração de igualdade e a anunciada mudança na condição feminina, presente nas bandeiras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que levou às mobilizações pelos direitos sociais

---

9 Uma importante obra que tece uma crítica à ideia essencialista de que as identidades de gênero são imutáveis encontramos em: Butler, 2007.

no campo, não atingiram um nível que se traduza em um cenário de oportunidades e divisão de poderes equivalentes entre mulheres e homens, pois elas, dividindo seus afazeres domésticos, estariam diminuindo a esfera de poder e intervenção na família.

A falsa equidade de gênero presente no discurso do Movimento, gerada no contexto das lutas por direitos sociais, não criou um questionamento, uma ruptura do significado entre o papel da mulher militante do Movimento com os papéis de mãe e esposa, já que não foi objetivo modificar a identidade das agricultoras, baseada nos seus tradicionais papéis.

Para o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais no espaço público existem, além dos obstáculos econômicos, sólidas barreiras culturais e sociais. As limitações que as agricultoras enfrentam no seu cotidiano expressam-se na atividade produtiva, como também no acesso ao financiamento agrícola, aos serviços de assistência técnica e capacitação da produção, bem como às decisões sobre as políticas agrícolas implementadas no campo.

Nas comunidades rurais da região Noroeste do Rio Grande do Sul, base geográfica deste estudo, verificamos que a manifestação dessa limitação opera em várias dimensões. Em primeiro lugar, o trabalho produtivo feminino não é reconhecido pela sociedade como mão de obra produtiva, e sim como “ajuda” ao trabalhador principal, o homem. A segunda questão é que o trabalho reprodutivo não é considerado trabalho e os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, no espaço privado do lar, não passam de papéis “naturais” do feminino, delegados pela história.

Partindo dessa desvalorização do universo feminino, as próprias mulheres alimentaram o equívoco, aceitando como definição de um mundo igualitário aquele em que teriam “apenas” que continuar a ser as mesmas de sempre, acrescentando em suas vidas vivências até então próprias do masculino. A sociedade como um todo e as próprias mulheres não atribuem nenhuma importância social ao que fazem na vida privada, não lhes passou pela cabeça, durante os processos de mobilização por direitos sociais, colocar esse seu lado da existência no outro prato da balança.

De fato, o tempo e a energia que as mulheres empregam para o cuidado e a atenção às tarefas domésticas no decorrer da história foram desvalorizados. Uma das origens dessa desvalorização histórica do trabalho feminino está naquilo que Carole Pateman chama de contrato sexual:

As mulheres se tornam trabalhadoras, mas o contrato de casamento estabelece a dona de casa como uma trabalhadora no lar conjugal [...]. Uma dona de casa não é como um trabalhador, e as mulheres não podem se tornar “trabalhadores” no mesmo sentido que os homens. O contrato de casamento não é como o contrato de trabalho, pelo contrário, o contrato de trabalho pressupõe o do casamento. A construção do “trabalhador” pressupõe que ele seja um homem que tem uma mulher, uma dona de casa para cuidar das necessidades cotidianas. A esfera civil e pública da sociedade é inseparável, reflete a ordem natural da diferença sexual (Pateman, 1993, p. 195).

Mediante as relações conjugais-familiares, observamos que o trabalho doméstico ficou representado como o confinamento da mulher e o depositário de toda a desvalorização da condição feminina. A desvalorização do trabalho doméstico elege-a como “bode expiatório” de uma construção social que desvalorizou elementos do universo cultural, do qual todos nós participamos, e a mulher teve uma atuação especial, deixando intactas as formações ideológicas que ocultam essa atuação em nossa realidade social, ao desvalorizar tudo aquilo que diz respeito ao mundo privado, o que significou que as tarefas são “naturalmente” realizadas pelas mulheres, como o trabalho na roça, não havendo o reconhecimento como valor produtivo, como testemunham as falas das trabalhadoras entrevistadas:

Pegar a enxada? Lógico. Se você vai ficar esperando por ele nunca vai para frente, só ele que vai ficar pensando que você fica lá esperando sem fazer nada, acaba seu serviço da casa, e vai lá pegar a sua enxadinha, um pouquinho já ajuda (J.M., 2001).

Eu sempre trabalhei aqui na região junto com meu marido. Eu organizava a vida em casa e cuidava dos filhos, mas sempre tirava um tempo para ajudar na roça. Tinha que ser assim (I.F., 2002).

O que podemos notar é que essa desvalorização não é sentida por elas, pois, além de cumprirem todas as atribuições e papéis tradicionais no espaço doméstico, elas ainda têm de contribuir com o trabalho do marido na

roça. Essa “ajuda” que se coloca é uma afirmação de poder. Isso não quer dizer que a divisão do trabalho não exista, e também não quer dizer que sua força de trabalho seja inferior.

O uso do dinheiro da Previdência Social é um exemplo ilustrativo das diferenças de poder: as mulheres usam-no para comprar comida, por exemplo, e a contribuição do marido se destina aos gastos fixos, como luz, combustível e outras despesas.

Agora é pegar e pagar, não tem que pedir para ninguém. Comprei muitas coisas, como o fogão a gás, que eu sempre quis, balcão com a pia, geladeira, o que eu queria; eu já consegui até viajar para visitar os filhos que moram longe, eu consegui pagar com meu dinheiro (L.F.,1999).

Com a conquista do Movimento, agora eu falo, eu compro, eu mesma pago, não depende mais de pedir para ninguém. Dá para comprar um pouco mais algumas coisas desde o mercado... Consegui comprar coisas para minha cozinha, para a sala (A.V., 2001).

É no espaço doméstico que as mulheres rurais usam sua aposentadoria para a manutenção das representações dos papéis de gênero e – por que não? – alimentam nesse espaço uma certa autonomia de poder.

A quase totalidade das agricultoras entrevistadas declarou serem os seus companheiros os principais responsáveis pelo dinheiro da família. Salvo no caso das mulheres solteiras e viúvas, são os homens que possuem todo o controle sobre o dinheiro e o custeio da unidade produtiva; porém, isso não quer dizer que elas estejam inertes, não sabendo o que ocorre na produção ou nas relações econômicas do espaço público.

As memórias das depoentes mais velhas expressam um conformismo de que “sempre foi assim” e de que “não mudará” esse “cansaço” oriundo do trabalho da lavoura. Isso revela que essas agricultoras não foram capazes ou não quiseram interrogar-se e pensar uma outra lógica e linguagem de desconstrução desse imaginário, refletindo-se nas práticas sociais e levando a uma adesão incondicional ao sistema de poderes estabelecidos.

Ademais, apesar de responder por uma parcela significativa da produção para o autoconsumo – criação, hortaliças e frutas –, esta é pouco

valorizada devido à escassa participação na geração da renda familiar. O confinamento na esfera doméstica que afeta as mulheres agricultoras, somado ao fato de só os homens terem acesso ao mundo público, faz com que, na prática, o discurso de igualdade e cidadania não passe de retórica, justificando as discriminações como naturais, até em relação à mulher sair de casa:

Eu acho que mulheres iguais a mim não tem muitas na comunidade, que saiam da casa, vão à luta... os maridos não deixam, a maioria não deixa. Para reunir as mulheres mesmo, você tem que chegar e implorar, pois a maioria acha que já conseguiram tudo o que quiseram. Tem maridos que brigam mesmo, e não tem conversa (E.P., 2002).

O depoimento revela que o “sair” de casa não é necessário, pois os direitos já estão garantidos. O discurso da equidade entre homens e mulheres é pautado no Movimento; porém, o que vemos são mulheres agricultoras acreditando que certas tarefas cabem “naturalmente” às mulheres porque elas levam “mais jeito”, da mesma forma que determinadas atitudes correspondem a um determinado gênero, como no depoimento a seguir:

Alguns acham que é o homem que tem que ir atrás dos negócios. Está certo que a esposa também pode ir atrás, mas às vezes não tem tempo por causa dos afazeres do lar, pela criança, então ela não vai. Se eu tenho que ir à cidade vou mais despreocupado, porque sei que ela está cuidando da criança e de algum plantio próximo. Eu não deixo ela entrar numa roça, isso é muito pesado, é serviço de homem. Outras coisas mais leves, um pão, cuidar uma horta, ela pode fazer (A.A.S., 2000).

Nas entrevistas, traduz-se o modo como as mulheres assumem essas responsabilidades, tornando-as naturais, sem sentirem-se oprimidas. E as representações estereotipadas sobre os gêneros contribuem para afirmações de que os homens são incapazes de ocupar-se das crianças, diante de outras tarefas de maior importância. A desigualdade no acesso ao poder e a tomada de decisões nas comunidades rurais entre agricultores e

agricultoras tornam o “empoderamento e o protagonismo feminino” algo distante e estéril.

En definitiva, desde una perspectiva macro tanto para el empoderamiento masculino como para el femenino, se necesita de procesos que generen capacidades económicas, sociales y políticas. Ahora bien para las mujeres desde una perspectiva micro además se necesita que estas capacidades sean permeables y activas dentro de las familias y los hogares y, en consecuencia, dentro de la estructura cultural. En esta línea, diríamos que el empoderamiento es todo aquel proceso que permita a hombres y mujeres acceder al poder económico de modo que se les garantice un poder social y político, y que, además, en las mujeres, les otorgue la autonomía necesaria como para que puedan ejercer dichos poderes y/o capacidades. Luego la dotación de poder y la autonomía para ejercerlos son factores indispensables para el empoderamiento femenino (Sanchez, 2003, p. 23).

As mulheres agricultoras, mesmo tendo a carga de trabalho maior do que a dos homens, sabem que sem o seu trabalho privado a força de trabalho do marido na roça não se manteria, por isso ela, como co-proprietária, tem o direito ao exercício legal da posse da propriedade.

Portanto, o que está em evidência não é a força física necessária para executá-lo, e sim quem o realiza: trabalhos realizados por mulheres e crianças são considerados “leves”; trabalhos realizados por homens são considerados “pesados”. A essa classificação estão associadas diferentes remunerações, sendo maiores para o trabalho “pesado”. Uma consequência imediata dessa designação é a sobrecarga de atividades sobre as mulheres, implicando a realização de dupla jornada de trabalho.

Ao verbalizarem sobre a importância do seu trabalho e os bens adquiridos com ele, demonstram a importância que dão aos recursos de alimentação, manutenção do patrimônio familiar e do gado, que são providos, majoritariamente e culturalmente, no domínio do trabalho masculino. No entanto, ponderam que a despesa da casa é diversa, o trabalho com o leite e seus subprodutos, de responsabilidade feminina – valorizando, assim, o seu trabalho e a geração de renda:

Já mais tarimbada, ela resolveu assumir meio sozinha toda a lida da lavoura. Desde esse dia, levanta ao clarear do dia, toma seu chimarrão, prepara o filho mais velho para ir à escola, ajeita a casa e se toca para a lavoura. Perto do meio-dia, arruma o almoço, limpa a cozinha e quando precisa, pega o carro e vai até a cidade, resolver problemas no banco, na cooperativa ou fazer as compras necessárias para a casa. O seu dia só termina pelas 11 horas da noite, depois que a roupa está lavada e passada (J.H., 2000).

É uma coisa muito boa, a gente passou a viver melhor, com mais tranquilidade, deito na cama e durmo feliz porque sei que tenho esse dinheirinho garantido (M.A.R., 2000).

As mulheres relatam histórias de vida marcadas pelas emoções, com lembranças de um tempo anterior à aposentadoria, quando não possuíam dinheiro nem para comprar uma roupa nova, ou algum objeto para enfeitar a cozinha. Em seus depoimentos, é comum que não saibam ou não explicitem, por exemplo, os motivos dos vários períodos difíceis por que passaram, seja pela subordinação à família ou pela submissão à autoridade masculina.

Algumas mulheres saíram de seus locais de origem ainda solteiras, por isso expressam sua coragem e também solidão quando afirmam que foram “criadas pelo mundo”, refletindo uma espécie de autoelogio e reconhecimento de sua própria capacidade. Nas atividades agrícolas, realizavam qualquer tipo de serviço e comparam sua capacidade de trabalho à masculina:

Trabalhava sempre na roça, e na casa, sem descanso, e sofrido era no verão que na hora do meio-dia ele descansava, e eu corria para fazer tudo, quando achava que poderia descansar ele levantava e tinha que ir para a roça de novo... Pela noite eu é que fazia quase todo o serviço com as vacas (C.D.C.S., 1999).

Nunca tive nada, nem opinião, ele só comprava o mais necessário, do resto ele dava conta de gastar, [...] e quando eu falava em comprar algo, daí ele dizia que compraria: mas só quando eu morresse, porque mulher não tinha que falar em dinheiro, e em comprar, era o homem que tinha esse direito, e esse dever... (M.Q., 2004).

A atenção nas falas das mulheres permite compreender que elas valorizam as mudanças que ocorreram em suas vidas, a partir das mobilizações e conquistas do Movimento, ao afirmarem que “já sofreram muito”, em contraposição ao “não sofrimento” depois das conquistas sociais. O “sofrimento” diz respeito às incertezas quanto ao trabalho, à moradia e à falta de perspectiva para o futuro, devido à crise financeira que a agricultura vive. A “tranquilidade” na família traz alguns indicadores da melhoria de qualidade de vida: casa, local para plantio, acesso à escola, assistência à saúde. Ao ressaltarem que “não sofrem mais”, referem-se à situação de extrema necessidade por que passaram, estando agora em melhores condições, em decorrência da conquista de benefícios sociais. Isso é a justificativa dos motivos do esvaziamento do MMTR, pois, não querendo outra coisa, o que foi conquistado lhes bastou.

A imagem que constroem sobre si mesmas (como cidadãs, sujeitos de direitos, poder de decisão na compra de objetos para a casa...) não modifica o fosso das relações de gênero e trabalho na vida familiar rural. O exercício do poder na agricultura familiar continua (con)centrado na figura do pai de família, aquele que reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho, sendo a força definidora das relações de poder.

Comida em cima do fogão à lenha, e eu ia para a roça, tinha que ir; lavar louça e roupa, fazer pão, e ia na roça de novo, quando voltava além da lida com os animais, ainda tinha que recolher a roupa porque o homem não podia ajudar a mulher, era uma vergonha, mas a mulher podia e tinha que ajudar o homem na roça, [...] depois que fiquei viúva é que piorou, eu tinha ainda crianças pequenas, daí sim, tudo ficou para mim: casa, roupa, comida, roça e filhos, foi difícil, mas passou (H.R., 2004).

O depoimento alimenta um autorreconhecimento pela capacidade de gerir a família e a propriedade, valores esses que reforçam a identidade da mulher de “ser para os outros”. Essa racionalidade é que outorga e define os espaços femininos, territorializam os seus mundos, para não pensarem em si mesmas.

A utilização dos recursos financeiros oriundos dos direitos sociais conquistados pelas mulheres não é suficiente para melhorar sua posição e valorizar seu trabalho. Contudo, no imaginário das agricultoras, a

concessão desses benefícios (aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença...) funciona como uma afirmação importante de serem consideradas cidadãs legítimas, com direito de participar do espaço público, cujo valor psicológico e econômico é muito grande, alimentando assim uma autonomia que não existia anterior à conquista de direitos.

Os depoimentos expressaram que a sua participação no Movimento significou emancipação econômica através do direito à aposentadoria. No Movimento, elas discutiram questões envolvendo o seu cotidiano, o que lhes permitiu fazer amizades e criar uma esfera de intimidade com outras mulheres fora de seu âmbito familiar. Elas aproveitaram para desenvolver atitudes e formas de convivência, rompendo aos poucos com a fragmentação do privado e passando a gestar ações voltadas à conquista de direitos sociais:

Participar dos Movimentos sociais significa uma abertura para o marido e a possibilidade de crescer, estudar, mudar de vida, sair da rotina doméstica (J.M., 2004).

Eu acho que foi muito bom. Embora não seja muito dinheiro, foi ótimo... eu vejo as mulheres comprando, vão para a cidade todas arrumadinhas, acho que passei a me valorizar mais como mulher depois da luta do Movimento (S.C., 2000).

Não mudou muita coisa; tenho que trabalhar igual, mas não tanto quanto eu trabalhava, vou para a roça só de vez em quando, especialmente no tempo da colheita. Continuo trabalhando com o maior prazer, eu ainda tenho força (I.S., 2005).

A desigualdade de gênero passa, então, a ser colocada como pauta secundária e a linguagem dos direitos sociais ganha um caráter essencial e principal. No relato das depoentes, a função do Movimento e o papel das mobilizações estavam claramente definidos:

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais ajuda orientar as leis de como a mulher agricultora deve se organizar para adquirir a sua aposentadoria por idade e por auxílio-doença, salário-maternidade e outras coisas mais, e de ter toda a sua documentação...,

é isto que o MMTR, está “esperando aprendendo e transmitindo para as companheiras” (C.M., 2005).

Hoje já estamos substituindo o “doméstico” por agricultora. É uma conquista que já existe na prática, mas o reconhecimento legal vai depender da nossa força (M.B. 2000).

Essa constatação torna-se mais forte na análise das fontes impressas, como os boletins de orientação sindical produzidos pelos sindicatos de trabalhadores rurais, que passam a orientar a mobilização.

Nas falas de muitas depoentes, está presente a ênfase ao discurso da luta de classe<sup>10</sup>, incorporado pelo Movimento como “o discurso libertador”. A igualdade de gênero que as mulheres expressam é, então, produzida sob o ponto de vista de uma cultura androcêntrica, não discutindo quão desigual é essa igualdade de classe, na medida em que a cultura rural cobra das mulheres um comportamento masculinizado e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca.

Exemplo disso são os materiais “educativos” que o Movimento usava nas reflexões principalmente nas comemorações do 8 de março – Dia Internacional da Mulher:

O Movimento sindical dos trabalhadores rurais passa por grandes desafios e a necessidade de fortalecer a sua estrutura aumenta casa vez mais [...] temos que reativar nossas comissões ou departamentos dentro dos sindicatos, regionais e FETAG para repensar e fortalecer nossa organização [...] somente com a consciência de classe, dos homens e mulheres, dos jovens e aposentados é que poderemos atingir mais conquistas, o que levará ao fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais de todo o país. Consciência de classe, significa saber de que lado

---

10 O interessante, nesse discurso, é que a luta de classe (no sentido marxista) deixa de lado as questões da família e do sexo por se tratar de assuntos ligados ao mundo privado sem relação com a produção. O marxismo explica as relações sociais com referência aos arranjos econômicos nos quais o trabalho é vendido por salário e um produto manufaturado é vendido por lucro. Não só as mulheres vivem fora desses arranjos, como também as mulheres trabalhadoras são definidas fora desse espaço público pelas funções domésticas de mãe e esposa.

estamos: do lado opressor, ou do lado oprimido. Quem não tem ideologia de classe trabalhadora, acaba fazendo a ideologia da classe opressora, mesmo sendo oprimido. (Boletim Informativo do MMTR do dia 8 de março: Dia Internacional da Mulher. Impresso na FETAG/RS, fevereiro de 1995. Porto Alegre-RS, p. 1. Distribuído às mulheres por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais).

Pelos depoimentos, percebemos que elas consideram sem importância a pergunta sobre quantos homens e quantas mulheres participam nos cargos de direção dos sindicatos ou nas comunidades rurais e, muitas vezes, preferem não respondê-la. Quando participam como palestrantes ou coordenadoras de reuniões femininas, ressaltam sempre a ligação da luta do Movimento como uma luta de toda a classe trabalhadora rural. Ainda assim, a grande campanha de sindicalização desencadeada pelo Movimento de Mulheres e pelo Movimento Sindical Rural resultou na eleição de mulheres presidentes de sindicatos. Entretanto, mesmo as mulheres ocupando cargos de chefia em instituições sindicais, isto não significou a mudança das práticas discriminatórias.

O que as mulheres almejavam não era ocupar o espaço público, daí não apoiarem as condutas de mulheres que “quebravam” um padrão de comportamento estabelecido pelo *habitus*, que tende a produzir nas pessoas aspirações e ações compatíveis com a prescrição cultural e com os requisitos objetivos de suas circunstâncias sociais, como, por exemplo, as lutas feministas no período.

Debemos tener mucho cuidado de los análisis triunfalistas de avance, de los lugares conquistados, del espejismo de retirada de la vieja estructura patriarcal. El concepto de patriarca puede estar sujeto a discusión, a remodelación, sin embargo, lo que no se ha cuestionado es la cultura de la masculinidad, que se sigue leyendo como la única macrocultura posible, la única creada por la humanidad, he allí su triunfo (Pizano, 2004, p. 37).

As mulheres agricultoras têm necessidade de legitimidade moral para exercer o papel de liderança e atuar no Movimento, mas, no imaginário rural, só terão lugar se não negligenciarem o trabalho doméstico.

Para manter a situação em que o “benefício” supera o “custo” da participação, tentam contrabalançar atividades que envolvem o desenvolvimento pessoal, referentes às suas obrigações familiares, buscando um tempo livre no trabalho doméstico para poderem participar das reuniões do Movimento.

O trabalho da mulher rural é muito forçado e ela nem tem tempo para perceber certas coisas. Esses encontros têm seu valor por ajudar a mulher enxergar certas coisas, que o trabalho não deixa. Mulher que só fica da casa para a lavoura, da lavoura para a casa, está perdendo tempo. Ela tem que sair, ter participação, colocar em prática suas ideias, dar a sua opinião, o serviço de casa se faz depois (A. T., 2005).

Esse processo acaba reforçando os papéis de dona de casa e do trabalho doméstico inerente à situação de “dona”, em troca de “momentos de participação” no Movimento ou no sindicato, levando-as a crer que esses encontros afirmarão sua cidadania, justificando-a perante as demais mulheres, perante a família e perante o entrevistador, sua participação no Movimento.

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entraram na luta em estado isolado, como é o caso das interações na vida cotidiana, não tem outra escolha a não ser o da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastado possível da identidade legítima (Bourdieu, 2000, p. 124).

As agricultoras tendem a criar oportunidade de participação “driblando” o tempo; assim, elas fazem muitas atividades em casa (mais do que já o faziam), ou em outros horários para não “sacrificar” o momento dedicado à família com atividades no Movimento, conotando, assim, uma clara expressão de poder.

Mas se tenho que participar de alguma reunião do movimento ou do sindicato, não penso duas vezes em ter que adiantar o serviço

da casa por mais algumas horas. Sempre prefiro deixar a roupa lavada ou passada, do que não comparecer em alguma reunião. Basta boa vontade que a mulher sempre encontra jeito para fazer todo o serviço da casa, da lavoura e participar de reuniões, que só fazem a mulher crescer.<sup>11</sup>

A falsa equidade de gênero presente no discurso do Movimento, gerada no contexto das lutas por direitos sociais, não criou um questionamento, uma ruptura do significado entre o papel da mulher militante do Movimento com os papéis de mãe e esposa, já que não foi objetivo modificar a identidade das agricultoras, baseada nos seus tradicionais papéis. A totalidade dos relatos não vai além da participação nos encontros do Movimento que acontecem fora do âmbito privado, porque a mulher agricultora está convencida de que já “tem tudo o que queria na sua vida na roça” (J.M).

Acreditamos que o próprio contexto histórico do período (décadas de 70-80-90) não foi suficientemente fértil no campo da promoção da diferença sexual para as mulheres camponesas, restando assim uma força conservadora que limita e opera contra a vontade de pensar novas representações.

Entretanto, há de se reconhecer que a memória coletiva das mulheres envolvidas no MMTR tem uma dimensão individual ou mesmo singular, resultante de suas próprias elaborações subjetivas. A memória coletiva desses grupos representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente.

O material produzido nessas pesquisas é constituidor de fontes que possibilitarão novas abordagens pelo(a) historiador(a). Entretanto, à medida que começamos a trabalhar no resgate dessa memória coletiva e individual, projeta-se uma possibilidade de trazer para o plano do(a) pesquisador(a) na área de gênero o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos e, com isso, possibilitar que a memória dos sujeitos ocupe o seu lugar de direito.

Entre a vida cotidiana das depoentes e a proposta do Movimento, há uma enorme distância e certas limitações. A primeira refere-se à ênfase nos aspectos de atuação do Movimento no âmbito público, descon-

---

11 Depoimento de Jurema Junges, Augusto Pestana. In: Cotrijornal, setembro de 1985, p./Fl.: 12-13-14. Título do Documento: Abrindo Espaços.

siderando as questões de gênero no mundo privado, ou seja, o Movimento não consegue traduzir os anseios e desafios específicos das mulheres agricultoras fora da estrutura sindical; ao contrário, incorpora bandeiras e ações de reivindicação de cunho masculino ofuscado com a ideia de classe. É por isso que as mulheres agricultoras esvaziaram o Movimento pós-conquista dos benefícios sociais.

A segunda limitação está na impossibilidade de se colocar na discussão a identidade masculina rural. Como essa identidade foi construída e por que se encontra hoje fortemente acentuada. A questão de gênero levanta a discussão sobre a categoria do masculino, que era dada como universal pelos discursos filosófico, religioso, científico etc., e hoje passa por um processo profundo de questionamento, de desconstrução, aquilo que Derrida (2005) chamou de “leitura desconstrutora”. Pensar e refletir sobre novas relações de gênero, poder e trabalho no meio rural é, antes de tudo, desarmar as velhas identidades construídas sobre o que é o masculino e o que é o feminino.

O que podemos concluir, enfim, é que nada autoriza a afirmar que a mulher agricultora é uma categoria definida por uma série de atributos; e o mesmo vale para os homens. As mobilizações sociais em que as mulheres desempenham um papel central não visam substituir a dominação masculina por uma dominação feminina, mas tampouco fazer triunfar o espírito de consumo no qual todas as relações de dominação se dissolveriam.

As mulheres rurais, embora enfraquecidas por uma situação de dependência, são as principais agentes da manutenção da vida na comunidade rural. Existe uma realidade evidente que ninguém contesta: sim, os homens têm o poder e o dinheiro, mas as mulheres já têm o sentido das situações vividas e a capacidade de formulá-las. Já é muito mais fácil fazer as mulheres falarem das mulheres do que os homens falarem dos homens. As mulheres rurais, constituídas e definidas por sua “inferioridade”, procuram não inverter as relações de poder no mundo rural, mas “ultrapassá-las”, de maneira a fazer desaparecer a lógica que determinava sua “inferiorização”.

As mulheres rurais de hoje pensam cada vez menos em termos históricos, sobretudo após o processo de mobilização que as levou aos direitos sociais. A superação da polarização as leva não a rejeitar, mas a interpretar seu confinamento no âmbito “privado”. Sem dúvida, elas trabalham e, salvo casos particulares, com o recurso do salário-maternidade,

conservam e querem conservar a superioridade que lhes é conferida pelo poder de dar à luz. A família, para a mulher rural, é uma fonte de poder, e é muito raro que o pai tenha uma relação tão profícua com ela.

São as mulheres rurais que conduzem e sustentam as transformações culturais atuais no mundo rural. Já as mulheres, quando se tornam dominantes, afirmam a própria “superioridade” por sua complexidade, por sua capacidade de resolver diversas tarefas ao mesmo tempo. As evidências caminham no sentido do estabelecimento da construção de um poder compartilhado de papéis sociais diferentes no meio rural. Esperamos que esta reflexão possa trazer alguma contribuição para todos aqueles que realmente desejam a transformação das relações de gênero e poder em vista de uma valorização da diferença com igualdade de direitos.

## Entrevistas

D.B. Agricultora, 60 anos. Comunidade de Colônia Santo Antônio, Ijuí (RS), entrevista concedida em março de 2000.

V.T. 62 anos, Comunidade da Picada Conceição, Augusto Pestana, março de 2000.

M.B. Agricultora, Catuípe (RS), março de 2004.

I.G., 62 anos, Augusto Pestana, março de 2000.

É.B. Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Regional de Ijuí (RS), março de 2000.

C.B., Comunidade de Engenho Velho, Catuípe (RS), setembro de 1999.

E.A., Comunidade de Engenho Velho, Catuípe (RS), março de 1999.

M.Q., Comunidade de Lagoa dos Patos, Catuípe (RS), março de 2004.

A.T., 65 anos, Comunidade de Três Vendas, Catuípe (RS), setembro de 2002.

J.M., 65 anos. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Augusto Pestana, março de 2001.

I.F., 63 anos, Linha 10 Leste: Ijuí (RS), agosto de 2002.

L.F., 57 anos, Comunidade de Colônia das Almas: Catuípe (RS), setembro de 1999.

A.V., 57 anos. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Catuípe (RS), 2001.

E.P., 56 anos, Grupo de Mulheres de Augusto Pestana (RS), setembro de 2002.

A.A.S. Comunidade do Salto, Ijuí (RS), maio de 2000.

J.H., Augusto Pestana, junho de 2000.

M.A.R., 69 anos. Comunidade da Linha 07 Leste: Ijuí (RS), 2000.

C.D.C.S., Comunidade de Rincão dos Dambrós: Catuípe (RS), julho de 1999.

M.Q., Comunidade de Lagoa dos Patos: Catuípe (RS), agosto de 2004.

H.R., comunidade da linha 7: Ijuí (RS), agosto de 2004.

J.M., líder do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Augusto Pestana, maio de 2004.

S.C., 49 anos, Comunidade de São Luis, Catuípe (RS), agosto de 2000.

I.S., 41 anos, Comunidade de Vila Chorão, Ijuí, agosto de 2005.

C.M. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Augusto Pestana, 2005.

A.T, 60 anos, Comunidade de Passo Burmann, Catuípe (RS), 2005.

E.B. Comunidade de Rincão Bonito, Augusto Pestana, 2005.

Todas as entrevistas gravadas, transcritas e organizadas por Losandro Antonio Tedeschi.

## Referências bibliográficas

AMORÓS, Célia. *La gran diferencia y sus pequeñas consecuencias para la lucha de las mujeres*. Madrid: Feminismo, 3. ed., 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BUTLER, Judith. *El género em disputa*. El fememismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós, 2007.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DERRIDA, Jacques. *A estrutura e a diferença*. São Paulo: Perspectivas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

MATOS, Maria Izilda. *Terceiro setor e gênero – Trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Mack pesquisa, 2005.

MOTTA, Barros Manoel. *Foucault: estratégias, poder – saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 18, p. 9-18, 1989.

\_\_\_\_\_. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista de História*, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

- PINTO, Regina Célia. *Com a palavra o senhor Presidente Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PIZANO, Margarita. *El triunfo de la masculinidad*. 2004. Disponível em: <www.mpisano.clFemelibros/creatividad feminista>. Acesso em: jan. 2010.
- SANCHEZ, Carlos. El empoderamiento femenino como estratégia en desarrollo local. *Cuadernos Fodepal*, Chile, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *Mulheres camponesas na região Noroeste do Rio Grande do Sul: Identidades e representações sociais*. Tese (doutorado) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *História das mulheres e as representações sobre o feminino*. Campinas: Ed. Curt Nimuendaju, 2008.
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

**Resumo:** As mulheres trabalhadoras rurais, que guardam a história, que a contam a seus filhos e filhas, mostram uma longa vida em que, para não falarem de outras dicotomias, tiveram de enfrentar permanentemente a desigualdade, embora nunca tenham se submetido completamente a isso. Submissão e resistência sempre fizeram parte da vida das mulheres agricultoras na construção do seu movimento no Sul do Brasil. Embora tenham conquistado direitos sociais, seguem desempenhando seus tradicionais papéis. Através da metodologia da História Oral, foi possível analisar as funções e os papéis sociais das mulheres agricultoras, assim como os processos de reprodução e as transformações socioculturais pelas quais estão passando, levando-nos a afirmar que as identidades humanas são construídas ao longo da vida, pelos significados que os grupos sociais alimentam em seus contextos culturais.

**Palavras-chave:** história; gênero; memória; mulheres trabalhadoras rurais.

**Limits gender, limits in the world: memoirs of women farmers and the struggle for social rights**

**Abstract:** The rural women workers who keep the story that counts to their sons and daughters, show a long life in which they, not to speak of other dichotomies, have had to face constantly inequality, but never have submitted completely to that. Submission and resistance have always been part of the life of women farmers, the construction of its movement in southern Brazil though, have won social rights, after playing their traditional roles. For the methodology of Oral History, it was possible to examine the roles and social roles of women farmers, the processes of reproduction and socio-cultural transformation by which they are passing, leading us to say that the human identities are built over a lifetime, the meanings that groups social feed in their cultural contexts.

**Keywords:** history; gender; memory; rural women workers.